UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte Sala 223, Bloco III, Câmpus de Palmas | 77001-090 | Palmas/TO

(63) 3229-4201 | www.uft.edu.br | ppgedu@uft.edu.br



PLANO DE CURSO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

DISCIPLINA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS, ESTADO E SOCIEDADE

LINHA DE PESQUISA: Estado, Sociedade e Práticas Educativas

CRÉDITOS: 04 **CH:** 60

DOCENTE: Rosilene Lagares

EMENTA

Estudo das ações de regulação do Estado e as políticas públicas e governamentais (práticas sociais) voltadas para a gestão da educação básica e superior, a organização e estrutura dos sistemas de educação e seus desdobramentos na escola.

OBJETIVOS

Geral

Analisar relações entre o sistema escolar (*educação*), a conjuntura sociocultural (*sociedade*) e as políticas adotadas no país e na educação (*Estado*) (âmbitos nacional e internacional).

Específicos

- *Identificar* as principais perspectivas de Estado que sustentam a tomada de decisões políticas no campo da educação.
- Compreender a dinâmica das relações/estruturas de poder entre o Estado e a sociedade e as repercussões destas relações nas políticas públicas educacionais e na efetivação do direito à educação, como forma de possibilitar a construção do conhecimento teórico acerca da política educacional.
- *Entender* os condicionantes socioeconômicos, políticos e educacionais que buscam reconfigurar a educação básica e superior pós-2015.
- *Compreender* as políticas educacionais para educação básica e superior, incluindo os diferentes níveis, etapas e modalidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, CRONOGRAMA, REFERÊNCIAS

Introdução – 14/03 (1 aula)

- **Conteúdo Programático:** Objeto de estudo da disciplina e suas especificidades. Objetivos, conteúdo, referências, metodologia e avaliação na disciplina.
- Referência: Plano de Curso.

Obs.:

- Para Carnoy (1998, p. 9,11) "Compreender o que seja política no sistema econômico mundial de hoje é, pois, compreender o Estado nacional e compreender o Estado nacional no contexto desse sistema é compreender a dinâmica fundamental de uma sociedade" e "[...] diferentes pontos de vista sobre o Estado implicam em políticas diferentes de mudança social, tanto em relação aos meios

quanto aos seus fins".

- Compactuando com esta tese, apreenderemos **as políticas públicas [no caso, as educacionais] como produto histórico e expressão do modo de organização do Estado no capitalismo**, significando o oposto de tratá-las como se existissem a neutralidade da ação do Estado, as interações imparciais entre demandantes e burocratas e, sobretudo a objetividade das políticas públicas. Buscaremos, então, uma abordagem política sobre o papel do Estado nas políticas públicas [e nos conhecimentos científicos], tomando por pressuposto que as relações são determinadas, em última instância, pelo modo de produção da vida material.

Eixo 1 – 14 e 28/03 (3 aulas)

- Conteúdo Programático: Estado na perspectiva liberal e marxista.
- Referências:
- 1) CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. São Paulo: Papirus, 1994. (p. 19-61).
- **2)** LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Segundo Tratado sobre o Governo. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 81-234 (Os Pensadores; 9, p. 213-313).
- **3)** GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere:** Maquiavel Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (Volume 3, p. 11-111).

Eixo 2 – 04 e 18/04 (4 aulas)

- Conteúdo Programático: Estado na perspectiva capitalista e políticas sociais.
- Referências:
- **1)** BORON. Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. (p.153-184)
- **2)** FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido:** ensaios críticos sobre a festejada crise do estado. Rio de Janeiro: INsight Editorial, 1995. (p. 97-119)
- **3)** COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In. LIMA, Julio César França (Org.). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo:** Editora FIOCRUZ, 2006. (173-200)
- **4)** OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In. OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia. **Os Sentidos da Democracia** Políticas de dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. (p.55-81)
- **5)** CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social** uma crônica do salário. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1998. (p. 281-344)
- **6)** GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 1999. (p.37-78)

Eixo 3 – 09 e 23/05; 06 e 20/06 (8 aulas)

 Conteúdo Programático: Políticas Educacionais no Brasil no limiar do século XXI frente às reformas do Estado: tensionamentos na regulação e gestão.

Obs.:

- As ações de regulação do Estado sustentaram uma das questões-chave da Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2014 [e sustentarão da Conae 2018], ou seja, como é/ou deve ser a intervenção do Estado no campo das políticas públicas e da gestão da educação.
- Para a apreensão do conteúdo programático da disciplina, é preciso compreender algumas "**questões de fundo**": transnacionalização/globalização/mundialização do capital; ideias neoliberais (marcantes no Estado brasileiro a partir dos anos 1990); políticas públicas educacionais: educação como política pública; educação como direito x educação como mercadoria; política e gestão da educação brasileira a partir dos anos 1990 nos Governos *FHC* (1995-1998, 1999-2002), *LULA* (2003-2006, 2007-2010), *DILMA*

ROUSSEFF (2011-2014, 2015-2016) e TEMER (2016...).

- Nosso cenário: Lessard, Brassard e Lusignan (2002, p. 35 apud BARROSO, 2005) nas conclusões de um estudo sobre as tendências evolutivas das políticas educativas no Canadá, Estados Unidos, França e Reino Unido: O Estado não se retira da educação. Ele adopta um novo papel, o do Estado regulador e avaliador que define as grandes orientações e os alvos a atingir, ao mesmo tempo em que monta um sistema de monitorização e de avaliação para saber se os resultados desejados foram, ou

não, alcançados. Se, por um lado, ele continua a investir uma parte considerável do seu orçamento em educação, por outro, ele abandona parcialmente a organização e a gestão cotidiana, funções que transfere para os níveis intermediários e locais, em parceria e concorrência com actores privados desejosos de assumirem uma parte significativa do "mercado" educativo.

- Na organização e estrutura dos sistemas de educação e seus desdobramentos na escola, alguns temas se destacam: organização plurisistêmica da educação brasileira; Sistema Nacional de Educação (SNE) e Plano Nacional de Educação (PNE); federalismo por cooperação e regime de colaboração entre União, Estados e Distrito Federal e Municípios (as formas de articulação entre as diversas esferas jurídico-administrativas na definição e na condução das políticas e gestão educacionais).

• Referências:

Aspectos Gerais

- **1)** AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública.** 2. ed. Campinas/SP: Autores associados, 2001.
- **2)** BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999. (p. 23-122)

Governos FHC (1995-1998, 1999-2002), LULA (2003-2006, 2007-2010), DILMA ROUSSEFF (2011-2014, 2015-2016) e TEMER (2016...)

- 1) BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Plano diretor da reforma do aparelho do Estado. Brasília, DF, 1995.
- **2)** BRASIL. Ministério da Educação. **Uma escola do tamanho do Brasil.** Programa de Governo 2002. Coligação Lula Presidente. Brasília, DF, 2002.
- **3)** BRASIL. **Programa Setorial da Educação** (2007/2010). Lula Presidente. Programa de Governo 2007/2010. Brasília, DF, 2006.
- **4)** IDados. **Quanto custa o Plano Nacional de Educação (2014-2024)?**. Rio de Janeiro: IDados (2014-2024)? 2017. 234p.
- **5)** NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no limiar do século XXI.** Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Cap. 1)
- **6)** NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. (P. 85-174)
- **7)** SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no limiar do novo século: traços internacionais e marcas domésticas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n.7, p. 121-144, set./dez. 2002
- **8)** LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização do trabalho docente. **Educação e Realidade**, Porto Alegre/RGS, v. 34(1), p. 49-64, jan/abr., 2009.
- **9)** MATTOS, Rafael da Silva et al. O futuro do pretérito na educação brasileira: declinações dos direitos sociais sob a égide de "uma ponte para o futuro". **RBSD Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 3., n. 1, p. 171-193, jan./abr. 2016.

Formas de regulação e gestão

- **1)** BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal de 1988.** Brasília, DF, 1988. (arts. 205 a 214).
- **2)** BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.
- **3)** BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF, 2014. (Lei e Metas)
- **4)** BARROSO, João (Org.). O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Revista Educação e Sociedade,** Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial Out. 2005.
- **5)** DOURADO, Luiz Fernandes. (Org.) **Políticas e gestão da educação no Brasil:** novos marcos regulatórios. São Paulo: Xamã, 2009. (p.7-45).
- **6)** SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina**: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. (p. 39-67)
- 7) VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples.

RBPAE – V. 23, N. 1, P. 53-69, jan./abr. 2007.

8) CARVALHO, Roberto Francisco de Carvalho. **Gestão e participação universitária no século XXI.** Curitiba/PR: Editora CRV, 2013. (p. 49-89).

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE ENSINO

As aulas, realizadas na perspectiva histórico-crítica e com vistas ao desenvolvimento dos conteúdos e da aprendizagem conceitual, abrangerão o estudo de textos relacionados à prática social, com exposições dialogadas, problematizações, produções escritas de sínteses e realização de seminários. Os encontros serão realizados quinzenalmente, com a duração de oito horas, nos períodos matutino e vespertino.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo contínuo, orientador e integral, que será subsidiada pela observação e pelos possíveis trabalhos escritos e exposições orais, mediados pela qualidade, capacidade crítica da argumentação, de articulação teoria e prática, da clareza e concisão, da originalidade, por suas contribuições nas exposições, perguntando, respondendo, questionando, de modo a demonstrar a compreensão, análise dos conteúdos apresentados e construídos, síntese, julgamento, inferências, interpretação e conclusões e do uso das normas e regras acadêmico-científicas.

Para a aferição de conceitos e notas, serão tomadas como referência duas atividades:

- a) **Estudos de temas específicos** (como técnica de estudo), por meio da preparação individual ou coletiva; discussão, com a apresentação de um roteiro escrito, devendo ser entregue aos professores.
 - Serão critérios de avaliação: clareza e coerência na apresentação; domínio do conteúdo apresentado; organização e participação ativa do grupo e de cada acadêmico.
- b) Conclusão da disciplina: produção de um artigo, com até três autores, podendo ser um deles o orientador, com 15 a 20 páginas, com conteúdos objetivos (descrição) e analíticos a respeito do estudado na disciplina e vinculando-os ao respectivo tema da Dissertação de Mestrado ou Projeto de Pesquisa. Em outras palavras, deverá demonstrar uma análise articulada da relação entre o seu objeto/fenômeno educativo na perspectiva da totalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

BARROSO, J. (Org.). **A regulação das políticas públicas de educação:** espaços, dinâmicas e atores. Lisboa: Educa, 2006.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Revista Educação e Sociedade,** Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005.

BIANCHETTI, R. G. Modelo neoliberal e políticas educacionais. 2. ed. SP: Cortez, 1999.

BOITO Jr., Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.

BORON. Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 1988. BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Fórum Nacional de Educação. **Documento Conae-2014**. Brasília, DF: FNE, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE**: biênio 2014-2016. Brasília, DF: Inep, 2016. 590 p.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Ministério da

Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

BRASIL. **Programa Setorial da Educação** (2007/2010). Lula Presidente. Programa de Governo 2007/2010. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Uma escola do tamanho do Brasil. Programa de Governo 2002.

Coligação Lula Presidente. Brasília, DF, 2002.

CARNOY, M. Estado e Teoria Política. São Paulo: Papirus, 1994.

CARVALHO, R.F.deC. **Gestão e participação universitária no século XXI.** Curitiba/PR: Editora CRV. 2013.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social** – uma crônica do salário. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1998.

CASTRO,A.M.D.A.; FRANÇA, M.; NETO, A. C.; QUEIROZ, M. A. de (Org.).

Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. 1 ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, C.N. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In. LIMA, Julio César França (Org.). Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo: Editora FIOCRUZ, 2006.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. (Orgs.) **Políticas e gestão da educação no Tocantins**: múltiplos olhares. São Paulo: Xamã, 2008.

DOURADO, L. (Org.) **Políticas e gestão da educação no Brasil**: novos marcos regulatórios. São Paulo: Xamã, 2009.

FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação**: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília, DF: Liber Livro, 2006.

FIORI, J.L. **Em busca do dissenso perdido:** ensaios críticos sobre a festejada crise do estado. Rio de Janeiro: INsight Editorial, 1995.

FREITAS, D. N. T. de. A avaliação da educação básica no Brasil. Campinas: Ed. Autores Associados, 2007.

GIDDENS, A. A terceira via. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere:** Maquiavel – Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IDados. **Quanto custa o Plano Nacional de Educação (2014-2024)?**. Rio de Janeiro: IDados (2014-2024)? 2017. 234p.

LAGARES, R. Institucionalização de sistemas municipais de educação: concepções e complexidade. **Roteiro**, v. 40, p. 149-168, 2015.

LAGARES, R.; SOUSA, A. R. de.; ALMEIDA, G. Q. M.; CAVALCANTE, J. G. B..

Planejamento da educação municipal no Tocantins: processos de construção de planos, regime de colaboração, gestão democrática. **Interaccoes**, v. 11, p. 75, 2015.

FERNANDES, K. L.; LAGARES, R.. Repolitização da Gestão Educacional no Brasil: Estratégia de Gestão no Âmbito. **Educação** (Rio Claro. Online), v. 25, p. 453-465, 2015.

LAGARES, R.; ROCHA, J. D. T.; SANTOS, J. S. Transporte escolar e processos de institucionalização e gestão da educação em municípios do Tocantins. **Percursos** (Florianópolis. Online), v. 15, p. 138-168, 2014.

LAGARES, R.. Arranjos para os Municípios no campo das políticas públicas e gestão educacional.

Desafios: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, v. 1, p. 93-113, 2014.

LAGARES, R.. Gestão da ampliação do ensino fundamental de nove anos: movimentos históricosociais e no campo da pesquisa. **Olhar de Profesor**, v. 1, p. 73-96, 2013.

LAGARES, R.; ROCHA, J. D. T. (Org.); OLIVEIRA, J. F. de. (Org.). Educação no

território municipal: planejamento, gestão e currículo. 1. ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2015.

LÉDA, D.B.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização do trabalho docente.

Educação e Realidade, Porto Alegre/RGS, v. 34(1), p. 49-64, jan/abr., 2009.

LIBÂNEO, J. C. OLIVEIRA, J. F. de. TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano.** Segundo Tratado sobre o Governo. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MATTOS, R. da S. O futuro do pretérito na educação brasileira: declinações dos direitos sociais sob a égide de "uma ponte para o futuro". **RBSD – Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 3., n. 1, p. 171-193, jan./abr. 2016.

MÉSZAROS, I. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

NEVES, L.M.W. (org.) **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, L.M.W. **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In. OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia. **Os Sentidos da Democracia** – Políticas de dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PARO, V. H. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007.

PERONI, V. M. V., BAZZO, V. L., PEGORARO, L. (org.) **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006

PERONI, V. **Política educacional e papel do Estado:** no Brasil dos anos 1990. São Paulo, SP: Xamã, 2003.

ROCHA, D. (Org.); LEBER, M. (Org.); LAGARES, R. (Org.) . **Sistema Municipal de Educação do Tocantins**: gestão, legislação e formação. 1. ed. Goiânia: Gráfica e Editora América Ltda, 2014. 174p.

SANDER, B. **Gestão da educação na América Latina**: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SGUISSARDI, V. (Org.) **Universidade brasileira no século XXI** – Desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

SGUISSARDI, V. Educação superior no limiar do novo século: traços internacionais e marcas domésticas. **Revista Diálogo Educacional,** Curitiba, v. 3, n.7, p. 121-144, set./dez. 2002

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples.

RBPAE – v. 23, N. 1, P. 53-69, jan./abr. 2007.

VIEIRA, S. L. Gestão da escola: desafios a enfrentar. São Paulo: DP&A, 2002.

SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES

- Documentos do Fórum Nacional de Educação (FNE).
- Documentos-Base e Finais das Conferências Nacionais de Educação (Conae) 2010 e 2014.
- Trabalhos das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped/GT 5) e dos Simpósios da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae).
- Periódicos da área de políticas públicas educacionais. Ex. Revista Educação & Sociedade, Revista Brasileira de Educação, Cadernos Cedes, Cadernos de Pesquisa.
- Documentos disponíveis nos sites do MEC, FNDE, CNE, INEP, CNPq, CAPES.